

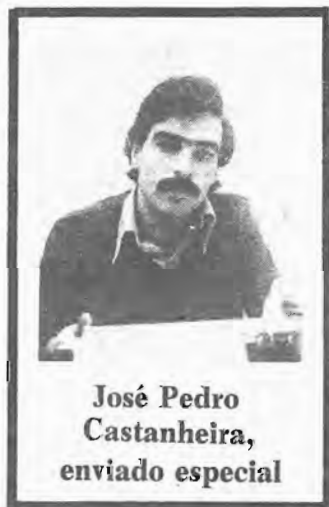
Samora Machel: o líder dos "Cinco"

O Jornal
1-10-82

Impecavelmente vestido, na sua farda de marechal, verde azeitona, bordada a vermelho e dourado, Samora Machel era o alvo das atenções gerais, na Cidade da Praia. Com o seu sorriso rasgado, visivelmente satisfeito, o presidente moçambicano foi o primeiro dos cinco chefes de Estado a abandonar a sala onde, minutos antes, terminara a Conferência. Depois de terem posado para os fotógrafos, Samora Machel acompanhou Aristides Pereira, na sua qualidade de anfitrião, numa rápida visita ao Parque 5 de Julho. Sempre atrás, José Eduardo dos Santos, Nino Vieira e Manuel Pinto da Costa. As objectivas viravam-se, inconscientemente, para o presidente Samora. Ele era, de facto, o líder dos «cinco»...

Samora Moisés Machel, presidente da República Popular de Moçambique e do partido Frelimo, foi quase sempre o «primeiro». Primeiro a pisar Cabo Verde, na manhã do dia 19, enquanto os chefes de Estado de Angola, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, chegavam ao longo da tarde. Primeiro a entrar na sala onde se realizou a III Conferência. Primeiro a falar, após a saudação protocolar de Aristides Pereira. Machel foi instalado em local diferente dos outros três presidentes visitantes. E coube ao dirigente máximo de Moçambique propor, em nome dos outros três parceiros, que a presidência dos trabalhos fosse atribuída a Aristides Pereira.

Vistos isoladamente, estes pormenores talvez não tenham muito significado. Até porque — como procuraram demonstrar os funcionários do protocolo e alguns diplomatas —, Samora era, entre os presentes, o decano: quer como dirigente partidário, quer como presidente da República. Só que este argumento, apesar da sua indiscutível lógica, apenas veio reforçar a impressão, generalizada a todos quantos estiveram na Cidade da Praia, de que estávamos perante o líder dos cinco países africanos de expressão portuguesa. Uma liderança assumida pelo próprio Samora — que lhe empresta um carisma muito especial — e aceite, pelo menos aparente-



José Pedro Castanheira,
enviado especial

mente, pelos outros quatro presidentes.

Obreiro da Conferência da Praia

Aliás, a realização da III Conferência deve-se, em larga escala, ao próprio Samora Machel. Foi ele quem chamou ao Maputo Aristides Pereira e Nino Vieira, de relações cortadas desde o golpe de Estado que o último dirigiu em Bissau, em Novembro de 1980. O litígio entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau levava mesmo ao adiamento da III Conferência, aprazada para 1981, neste último país. Significativamente, Aristides Pereira, logo no dis-

curso de abertura, fez questão de sublinhar «o papel importante desempenhado» por Machel. Referência idêntica consta da declaração divulgada no final da cimeira.

Já na Praia, pertenceram a Moçambique as iniciativas de maior alcance. É o caso, por exemplo, da formação da Comissão Ministerial para os Assuntos da Cooperação, bem como das quatro subcomissões (ver texto sobre a acta «secreta»). É o caso, igualmente, do projecto de uma Escola Internacional de Jornalismo (ver noutro local desta edição). Foi ainda Moçambique quem ficou incumbido de preparar a próxima reunião dos governadores dos cinco bancos centrais, para relançamento do projecto de um banco conjunto — porventura a ideia de maiores consequências no plano da cooperação. Enfim, coube ao presidente Samora Machel a mais longa intervenção durante os trabalhos, ouvida com enorme atenção, mesmo fora da sala da conferência...

Sucessor de Agostinho Neto: «Caminhemos juntos!»

Samora Machel firmou-se como o verdadeiro sucessor de Agostinho Neto no papel de animador do projecto de cooperação dos cinco países africanos, ex-colónias de Portugal.

O líder histórico do MPLA deu o primeiro e decisivo passo, ao promover, em Luanda, a I Conferência, que teve lugar a 9 e 10 de Junho de 1979. Entretanto falecido, a memória de Agostinho Neto foi solenemente evocada durante a II Conferência, em 29 e 30 de Março de 1980, no Maputo. «Companheiro de armas da primeira hora, um dos mais ilustres e prestigiados dirigentes da luta de libertação em África e grande impulsor da ideia desta cimeira» — assim se referiram, então, os cinco chefes de Estado à figura de Neto.

«Caminhemos juntos!», foi o



Samora Machel
Quase sempre o «primeiro»

apelo, três vezes repetido, de Samora Machel, na Cidade da Praia. Um caminho a trilhar — especificou o presidente moçambicano — no campo económico, na arena internacional e na luta contra o subdesenvolvimento. Machel justificou o seu convite com base na «história comum» dos cinco povos, na recordação dos «nossos heróis» e no «património glorioso de que nós somos os portadores».

Moçambique é a «ponte»

A «liderança» de Samora Machel é-lhe conferida porventura pela sua vincada e original personalidade, e pelo papel que desempenhou na conquista da independência de Moçambique. Os outros factores decisivos residem no posicionamento geopolítico daquele país e no relacionamento que ele mantém com as restantes ex-colónias portuguesas.

Na verdade, a dimensão dos interesses em jogo na África Austral e os seus reflexos no continente negro, impunham que a direcção dos «cinco» coubesse a Angola ou a Moçambique. A braços com uma guerra aberta (ainda que não declarada), imposta pela África do Sul, Angola não está, naturalmente, em condições de assu-

mir aquele papel. Tanto mais que, internamente, e para além da crescente oposição de movimentos como a UNITA, Luanda ainda não se libertou das contradições e dos jogos de influência que vieram mais ao de cima com a morte de Agostinho Neto.

Pelo contrário, Samora Machel surge, de pedra e cal, à frente da Frelimo e da República Popular de Moçambique. Por outro lado, a guerrilha que lhe é movida no interior, e as agressões da África do Sul estão longe de ter alcançado as proporções registadas em Angola.

Além disso, neste momento Moçambique é, dos «cinco», o que tem mais espaço de manobra, aptidão e autoridade para funcionar como «ponte» entre todos. O encontro do Maputo, entre Aristides Pereira e Nino Vieira, aí está para o provar. Moçambique, crescentemente inclinado para posições de não-alinhamento, é o que revela maior capacidade para fazer convergir, em torno de um projecto comum, sensibilidades tão diversas como uma Angola indiscutivelmente dependente do bloco socialista, e um Cabo Verde acima de tudo pragmático, uma Guiné-Bissau posicionada num equilíbrio difícil entre o Ocidente e o Leste, e a República de S. Tomé e Príncipe essencialmente nacionalista.

Um novo «bloco» em África?

Mas estaremos perante um novo «bloco», com poder de decisão a nível regional?

Todas as delegações presentes na Praia foram unânimes em sublinhar uma total identidade de pontos de vista, quer em matéria de cooperação, quer em assuntos políticos e diplomáticos. Por outro lado, e como fez notar um comentarista estrangeiro, que se deslocou propositalmente a Cabo Verde, «sete anos após a independência, os cinco países africanos de expressão portuguesa estão a forjar o que pode vir a tornar-se na aliança mais poderosa do continente» — o que é de confirmação imediata, pelo menos em relação aos países de colonização francesa e inglesa. Acresce, ainda, que os «cinco» já deram provas, entre si, de que o diálogo é, citando a declaração da Conferência, «a forma de resolver os diferendos entre Estados».

A intenção de formar um «bloco» foi, todavia, rejeitada pelos diversos dirigentes políticos a quem pusemos a questão.

«Bloco» ou não, a verdade é que a Conferência da Praia aponta para o reforço, não só da cooperação, mas também da «coordenação da actividade externa dos cinco países». Coordenação alicerçada no pragmatismo — próprio de países que não podem regatear muito —, na moderação — inerente à complexidade e à delicadeza do ambiente político que envolve o continente negro, — e no não-alinhamento possível.

Pragmatismo e moderação

Exemplo de pragmatismo, entre muitos outros, é o de Cabo Verde, que não hesitou em aceitar o auxílio da África do Sul para melhorar o aeroporto internacional Amílcar Cabral, na Ilha do Sal. Por aquela magnífica pista passam, diariamente, aparelhos das Linhas Aéreas Sul-Africanas, a par de outros de Cuba e da URSS, bem como dos TAP e de outras companhias europeias.

De moderação fala-nos, por seu turno, o tom em que decorreu a Conferência e a declaração final, contrastante, neste aspecto, com a emitida na cimeira de Luanda. Aristides Pereira iria ao ponto de, nos seus dois discursos (a abrir e a encerrar os trabalhos), não utilizar uma única vez o vocabulário «imperialismo», preferindo condenar, de uma forma propositadamente vaga e ambígua, «os golpes do inimigo e dos seus servidores». Noutra passagem, o presidente da Cabo Verde defenderia «o direito de cada povo dispor de si mesmo e de se dotar do sistema político e económico que melhor lhe convier».

A validade e a justeza do não-alinhamento

Mas foi, porventura, a opção pelo não-alinhamento, o aspecto mais saliente da Conferência, em termos de política externa. Aquela opção não se traduziu, apenas, na ausência de qualquer referência aos países socialistas — o que, curiosamente, também aconteceu em Luanda e no Maputo —, ou na forma sempre mais cautelosa como foram abordadas as relações com o Ocidente.

Muito mais do que isso, tratou-se de uma opção clara, consciente e pública, pelo não-alinhamento. Isso ficou patente em diversas passagens da declaração, particularmente no seu ponto 30: «Convencidos da validade, justeza e dinamismo da política de não-alinhamento, do seu papel construtivo na salvaguarda e reforço da paz e segurança internacional, os chefes de Estado manifestaram o seu apoio aos esforços em curso no sentido de se realizar a VII Cimeira na Índia.»

Os «cinco» planeiam actuar de forma coordenada nas instâncias supranacionais africanas — na OUA, antes de mais — e em todos os assuntos relacionados com o continente. A sua voz ultrapassará, decerto, as suas fronteiras, para se fazer ouvir nas Nações Unidas e no Movimento dos Não-Alinhados.

«Bloco» cimentado no passado e idioma oficial comuns — factores de unificação assumidos por todos — não surpreendem a proposta de se introduzir o Português nas organizações internacionais «como língua de trabalho». Os «cinco» rejeitam, porém, como nos confirmou o ministro angolano das Relações Exteriores, Paulo Jorge, a hipótese de um alargamento destas iniciativas ao Brasil ou a Portugal. Pelo menos nos próximos anos.